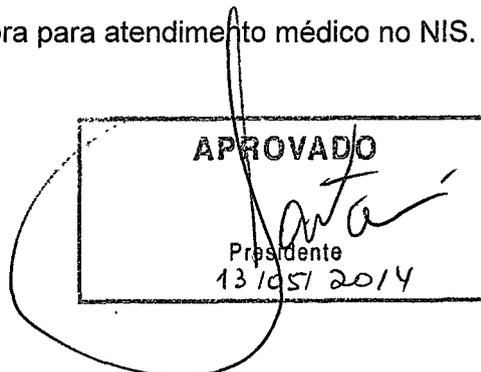




Câmara Municipal de Jundiaí
Estado de São Paulo

REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº 277

Informação do Executivo sobre demora para atendimento médico no NIS.



Considerando que o acesso à saúde gratuita e de qualidade é direito fundamental do cidadão;

Considerando que, no Município, a marcação de consultas e atendimento no Núcleo Integrado de Saúde - NIS está extremamente deficiente, havendo espera de meses para um atendimento médico;

Considerando que o problema é mais grave em algumas especialidades, especialmente ortopedia, na qual o tempo de espera para o atendimento pode exceder 6 meses e até anos para a realização de cirurgias;

Considerando que a demora para o atendimento em consultas e retornos agrava o estado de saúde dos cidadãos, além de os fazer conviver com a incerteza do espaço de tempo que terá que enfrentar para diagnosticar e tratar seu problema de saúde;

Considerando que o Governo Municipal apresenta a cidade como referência nacional em Saúde, porém, esta não é a realidade vivenciada pelos munícipes usuários do Núcleo Integrado de Saúde,

REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, solicite-se que o Chefe do Executivo preste à Casa as seguintes informações:

- Qual o prazo médio para marcação de consulta na rede pública de Jundiaí, por especialidade?

- Qual o prazo médio para cirurgias eletivas na rede pública de Jundiaí, por especialidades?

- Qual o prazo estipulado pela municipalidade, para o munícipe passe a ter o seu direito fundamental atendido em prazo compatível com a dignidade humana?



Câmara Municipal de Jundiaí
Estado de São Paulo

REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº 277 – fls. 2

- Qual o prazo estipulado pela municipalidade, para o munícipe passe a ter o seu direito fundamental atendido em prazo compatível com a dignidade humana?
- Quais são os projetos elaborados pela municipalidade para solução das pendências na área de saúde, por especialidade?
- Existindo tais projetos, em quais fases referidos projetos se encontram atualmente, e qual o tempo de duração para que os cidadãos possam ter seu direito à saúde devidamente respeitado?

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2014.


PAULO SERGIO MARTINS